



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LETRAS/PORTUGUÊS**

ANA BEATRIZ SENA DA SILVA (ANA SENA)

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA KRAHÔ: UMA
CONTRIBUIÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DE MATERIAL
DIDÁTICO**

ARAGUAÍNA-TO

2016

ANA BEATRIZ SENA DA SILVA (ANA SENA)

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA KRAHÔ: UMA CONTRIBUIÇÃO
PARA A ORGANIZAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO**

Monografia de Conclusão de Curso de
Graduação em Letras apresentada à
Universidade Federal do Tocantins, no campus
de Araguaína.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Edviges
Albuquerque

ARAGUAÍNA-TO

2016

ANA BEATRIZ SENA DA SILVA (ANA SENA)

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA KRAHÔ: UMA CONTRIBUIÇÃO
PARA A ORGANIZAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em Letras, como requisito parcial para conclusão de graduação em Licenciatura em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque

Data de Aprovação ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque (Orientador-UFT)

Profa. Dra. Eliane Cristina Testa

Prof. Mestre. Paulo Hernandes Gonçalves da Silva

Profa. Mestranda Danielle Mastelari Levorato

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, por ter me dado paciência e sabedoria durante toda a graduação em Letras. A minha mãe Ivonete Alves de Brito que com todo seu amor me deu apoio durante essa jornada, e ao meu pai que contribui em massa nos ensinamentos, amo vocês.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque, por ter dado todo apoio na graduação e principalmente incentivado na construção dessa pesquisa. Obrigada, pelos ensinamentos!

Ao povo indígena Krahô da Aldeia Manoel Alves, e aos professores indígenas e não indígena da escola 19 de Abril obrigada pelos ensinamentos.

Aos meus colegas do LALI (Laboratório de Línguas Indígenas-UFT): Alisson Santos, Marcela Pereira de Assis, Jhon, Weslane, Agnaldo, obrigada a todos pelos momentos incríveis de aprendizado e debates sobre as questões indígenas.

Agradeço também a Adriano Dias Gomes Karajá por seu companheirismo e apoio durante a construção desse trabalho.

A minha banca examinadora, por aceitar o convite em avaliar essa pesquisa e as contribuições que estão por vir. Vou me comprometer a melhorar!

LISTA DE SIGLAS

CAPES- Centro de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

INEP- Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LALI- Laboratório De Línguas Indígenas /UFT

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

MEC- Ministério da Educação

OBEDUC- Observatório de Educação

SEDUC- Secretaria Estadual de Educação

SPI- Serviço de Proteção do Índio

SIL- Summer Institute of Linguistics

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

TO- Tocantins

UFG- Universidade Federal do Goiás

UFT- Universidade Federal do Tocantins

“Eu nunca vi algo selvagem ter pena de si mesmo, um pássaro cairá morto de um galho sem jamais ter sentido pena de si mesmo.”

D.H. Lawrence

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar resultados da minha pesquisa de iniciação científica - PIBIC 2014/2016, cujo título é “Educação Escolar Indígena Krahô: Uma contribuição para produção de material didático” sob orientação do Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque. A pesquisa visa a descrever e analisar o processo de produção de material didático-pedagógico bilíngue e intercultural, sob a perspectiva do RCNEI-Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. O processo de produção de material didático iniciasse com a organização de texto escritos em Língua Materna e Língua Portuguesa, ilustrados com desenhos, elaborados pelos próprios indígenas da Escola 19 de Abril, na Aldeia Manoel Alves Pequeno. A produção deste material se deu tanto em língua materna quanto em português, além de abranger as seguintes áreas do conhecimento: Língua Materna Krahô, Alfabetização, Língua Portuguesa, Literatura Krahô História e Geografia, Literatura, Ciências e Matemática. Todos esses materiais estão sendo utilizados nas escolas Krahô, como material didático, que integraram os conteúdos ministrados em sala de aulas do Ensino Fundamental e Médio das escolas desse povo. Os objetivos principais destes materiais didáticos são registrar os aspectos socioculturais e linguísticos dos Krahô, minimizando as dificuldades de escrita de textos, tanto em Língua Materna quanto em Língua Portuguesa, voltados para a educação escolar indígena bilíngue e intercultural, no sentido da manutenção da língua materna e da cultura Krahô.

Palavras-chave: Material didático; Educação Escolar Indígena; Língua Materna.

ABSTRACT

This paper aims to present results of my scientific initiation research - PIBIC 2014/2016, entitled "Indigenous Education Krahô: A contribution to the production of teaching material" under the guidance of Prof. Dr. Francisco Hedwig Albuquerque. The research aims to describe and analyze the process of teaching-learning material production bilingual and intercultural, from the perspective of RCNEI- National Curriculum Reference for Indigenous Schools. The courseware production process initiated with the text organization written in mother tongue and English language, illustrated with drawings, drawn up by the Indians themselves the School April 19, in the village Manoel Alves Pequeno. Production of this material has both mother tongue and in Portuguese, and covers the following areas of knowledge: Mother Language Krahô, Literacy, Portuguese, Krahô Literature History and Geography, Literature, Science and Mathematics. All these materials are being used in Krahô schools as teaching materials, which integrated the contents taught in the classroom of primary and secondary schools this people. The main objectives of these learning materials are registering the socio-cultural and linguistic aspects of Krahô, minimizing the difficulties of writing texts, both in mother tongue and in Portuguese, aimed at indigenous education bilingual and intercultural, towards the maintenance of the mother tongue and Krahô culture.

Keywords: Educational material; Indigenous Education; Mother tongue.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I	
1 Educação Indígena no Período Colonial.....	13
1.2 A Produção de Materiais Didáticos do Summer Institute of Linguistic	15
CAPÍTULO II	
2. Propostas Pedagógica Indígena do Estado do Tocantins.....	21
2.1 Povo Indígena Krahô.....	28
CAPÍTULO III	
3. MATERIAIS PEDAGÓGICOS KRAHÔ.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada faz parte da minha experiência como pesquisadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC, que teve o apoio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e teve duração de 2 (dois) anos. Todo trabalho fora desenvolvido em caráter documental, sendo feito um estudo desde o período colonial até as produções de materiais bilíngues atualmente, para que, assim, desenvolvêssemos uma pesquisa mais ampla sobre a educação escolar indígena, com o objetivo de entender como era visto o indígena pelo colonizador; também foi feito um estudo das origens e a forma de educação própria dos indígenas. Assim, no decorrer dessa pesquisa surgiu à necessidade de visitas técnicas à Aldeia Manoel Alves Pequeno, onde foram feitas observações para que pudéssemos obter informações de produções de textos e desenhos pelos indígenas, também tivemos a oportunidade de participar de aulas de língua materna com os professores indígenas, e principalmente, a participação de Rituais da Cultura Krahô, pinturas corporais, jogos indígenas e preparação de comidas típicas.

Nosso trabalho tem como objetivo principal analisar e descrever o processo de produção dos materiais didáticos bilíngues em língua portuguesa/Krahô, sob perspectiva do RCNEI-Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, na Escola Estadual Indígena 19 de Abril, da Aldeia Manoel Alves, reserva indígena Krahô, do estado do Tocantins. Além disso, descrevemos também as ações didático/pedagógicas dos projetos, intitulados: “Projeto de Apoio Pedagógico à Educação Indígena Krahô” e do projeto de “A educação Escolar Indígena Krahô Bilíngue e Intercultural”, projetos os quais têm a finalidade de desenvolver trabalhos com os indígenas Krahô, principalmente, promover cursos que aprimorem os professores indígenas Krahô a atuarem nas escolas indígenas de suas aldeias, em especial os professores de língua materna, adequando-se às propostas do RCNEI.

O RCNEI é uma proposta que atende todas as considerações que são instituídas na Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e que constitui

“(...) uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. (...) A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis à definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades”. (BRASIL, 1998,p. 34).

Partindo desses pressupostos, segundo com o RCNEI (1998), estes projetos atuam nas aldeias propondo atender as pretensões e interesse do povo Krahô, no qual seu objetivo é produção e organização de materiais didáticos, além de ter o propósito de documentar feitos culturais e principalmente linguísticos Krahô, contribuindo com a manutenção da língua e da cultura indígena. Os materiais didáticos bilíngues estão voltados a uma educação bilíngue e intercultural, que tem o sentido de revitalizar, manter a língua e cultura deste povo nas especialidades orais, transmissão dos saberes tradicionais e escritas dos Krahô. Também deve garantir o uso da língua materna como mecanismos instrutivos da realidade sociolinguística dos indígenas, tendo o uso do Português como segunda língua adquirida na modalidade oral e escrita

Essa pesquisa também busca sempre fazer referências aos dois projetos que mais contribuíram com a produção de materiais bilíngues no estado do Tocantins que são projetos de: Apoio Pedagógico à Educação Indígena Apinayé e Krahô e o Programa do Observatório da Educação Escolar Indígena - OBEDUC/ UFT/CAPES, e que ao longo das suas execuções visou contribuir com as práticas pedagógicas que atenda aos anseios dos povos indígenas. Nosso trabalho está dividido em quatro capítulos, intitulados a seguir:

No primeiro capítulo, vamos descrever a **Trajectoria Escolar Indígena**, faremos uma breve abordagem sobre a educação no período indígena colonial, posteriormente vamos destacar as ações e práticas do Summer com o subtítulo: **A produções de Materiais didáticos do Summer Institute of Linguistics** e o subtítulo **Educação Indígena do Estado do Tocantins**. Na fundamentação teórica

vamos tomar como os autores GRUPIONI (2001), CARDIM (1980), FREIRE (2002), FREIRE (2004), FUNAI (1956-1977), Albuquerque (2011),

No segundo capítulo vamos abordar a **Proposta Pedagógica Indígena do Estado do Tocantins** e o **Povo Indígena Krahô**. Neste capítulo vamos fazer um breve histórico das Políticas Públicas do Estado do Tocantins para a Educação Indígena.

No terceiro capítulo, vamos descreveremos os **Materiais Pedagógicos Bilíngues Krahô** e posteriormente analisaremos sob a perspectiva do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (1998).

CAPÍTULO I

1. EDUCAÇÃO INDÍGENA NO PERÍODO COLONIAL

Ao longo dos últimos anos, o modelo de educação indigenista “vem sendo motivos de reflexão e debate dos professores indígenas, não indígenas e lideranças de cada povo”. É nessa discussão que surgiu o questionamento: “que tipo de escola que temos e que escola queremos?” (GRUPIONI,2001). Essas discussões por parte de lideranças dos povos indígenas, professores indígenas e não indígenas, é muito recente.

Se revisitarmos o período colonial, percebemos que o processo educacional indigenista não era discutido muito menos havia opinião da comunidade indígena, pois o colonizador europeu, ao invés valorizar os povos indígenas, desqualificava suas culturas, distorcia as suas identidades e discriminava as suas línguas, fazendo com que toda a sua cultura se isentasse do processo educacional. Segundo Freire (2004), esses fatos podem ser constatados nos “relatos descritivos dos missionários jesuítas nas visitas as aldeias, relatórios e outros documentos produzidos pela Coroa Portuguesa”. Antes dos povos indígenas serem dominados, segundo Freire (2004) a educação indígena era feita através de intercâmbio cotidiano, por contatos com pessoas e diretos. O aprendizado se dava a todo o momento e em qualquer lugar.

Na metade do século XVI, foi instituída em várias escolas nas aldeias do Rio de Janeiro e Bahia, o ensino do colonizador, tendo o objetivo principal: evangelizar e transformar o indígena em uma pessoa civilizada, constamos isso no seguinte relato de FREIRE:

“As escolas de ler, escrever e contar, foram fundadas por jesuítas. Elas funcionavam, em geral, num local expressamente construído para essa finalidade – uma casa de taipa –, onde todas as pessoas da aldeia, crianças e adultas, eram doutrinadas na primeira parte da manhã, com aulas de catequese; depois, eram ensinados trabalhos agrícolas e alguns ofícios artesanais, enquanto os mais hábeis aprendiam a ler e escrever” (FREIRE, 2004, p. 90).

É importante registrar que a prática docente só era exercida por missionários jesuítas, no período colonial. Uma política que encontram para impor conhecimentos

do não indígena, firmar a catequização e principalmente forçar os indígenas a falarem a língua portuguesa.

Ainda naquela época, o princípio educativo indígena mais criticado foi presenciado por um missionário jesuíta, no qual o mesmo registrou, surpreso, que pais e mães indígenas “amam os filhos extraordinariamente”, que não havia “nenhum gênero de castigo têm para os filhos, nem há pai nem mãe que em toda a vida castigue nem toque em filho” (CARDIM, 1980, p. 91). Nessa crítica que o missionário faz, podemos observar que há tendências da sociedade europeia onde a mesma dependia da pedagogia tradicional para manter os seus parâmetros de imposição e castigos físicos. Aos olhos do colonizador essa isenção de castigos físicos conceituava como um “retrocesso”.

Já na metade do século XVIII, a língua portuguesa se tornou obrigatória no ensino das escolas indígenas. Dessa forma, “a escola, criada e implementada por Portugal, ignorou as instituições educativas indígenas e seus saberes e executou uma política destinada a desarticular a identidade das etnias, discriminando suas línguas e culturas” (FREIRE, 2004). Assim, muitos indígenas se recusavam a usar o Português, e ao fazer o uso da língua materna eram punidos com “palmatórias” essas punições físicas faziam com que houvesse grande evasão escolar.

Nos séculos XIX e XX ainda e se perpetuava a visão de “civilizar” o índio, uma convicção herdada da coroa portuguesa, e que se estendeu tanto no império quanto na república se firmando e executando políticas destinadas a descriminalizar a identidade dos indígenas.

1.1 A Produção de Materiais Didáticos do Summer Institute of Linguistics.

Após práticas de negação da língua e da cultura indígena se perpetuou ao longo de cinco séculos no Brasil, mas somente em 1956, foi iniciado um programa de estudos e práticas de produções de materiais didáticos bilíngües. Esse programa chamou-se Summer Institute of Linguistics que teve como parceiro o Museu Nacional (1959) juntamente com o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) (1967). Se instituiu legalmente somente em 8 de setembro de 1958, com sede no Rio de Janeiro. Somente em 1970, o estatuto se formulou para que a sede na Capital Brasília, onde foi consolidado e firmando como uma sociedade de fins filantrópicos.

Segundo o relatório do SPI¹ (Serviço de Proteção ao Índio) destaca que o SIL fazia uma descrição de como se dava o processo de educação nas comunidades indígenas, afirma também que o mesmo é o pioneiro em produções de materiais didático e defensor da educação escolar bilíngue. E em conformidade com o seu estatuto o SIL tem objetivo de:

“Realizar estudos comparativos e descritivos de línguas indígenas e reduzi-las à forma escrita; traduzir para essas línguas livros de valor moral e cívico, assim como porções da Bíblia; promover o interesse pela ciência linguística e por estudos de investigação científica de outros aspectos da vida “dos povos” indígenas; editar livros, revista ou outro tipo de publicação que se relacione com os fins da entidade; desenvolver um programa de educação e assistência social, em cooperação com instituições governamentais ou científicas, com propósito de proporcionar ao indígena melhores condições de vida, tudo sem fins lucrativos.” (ESTATUTO DO SIL, cap. I, art.39).

Naquela época, era por meio de convênio consolidado com a SPI que o instituto agia. Carecendo de autorização para adentrar nas terras indígenas, tendo também que manter o SPI informado de todas as suas atividades que transcorriam nas comunidades indígenas. Relatórios anuais eram produzidos, com o objetivo manter informado quem tiver interesse a respeito das atividades desenvolvidas pelo SIL.

¹ Em 5 de dezembro de 1967, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) é extinto e substituído pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que atualmente é o órgão oficial do Estado brasileiro, seu objetivo institucional é proteger e assegurar os direitos dos povos indígenas do Brasil.

As atividades desenvolvidas nas aldeias eram: Pesquisas Linguísticas, Educação, Assistência comunitária, Serviços Gráficos, Tradução de Porções Bíblicas.

As pesquisas linguísticas se formulavam a partir de dados linguísticos, onde o linguista analisava informações para averiguar o vocabulário, os sons e a estrutura da língua de um povo indígena. A partir daqui, o linguista formulava um alfabeto para aquela língua, (não esquecendo que o alfabeto passava pela aprovação do SPI) e posteriormente seria utilizada para a produção de cartilhas de alfabetização para a própria aldeia.

A educação era inteiramente baseada nas pesquisas linguísticas, e a partir delas é que se iniciava a produção das cartilhas e as práticas de programas de educação. O grande feito do Instituto foi ter sido o pioneiro a colaborar com o Governo, com programas de Educação Bilíngue no País. Programas nos quais foram criados conforme a portaria Nº 75 de 6 de julho de 1972 na Fundação Nacional do Índio.

Em 1956-1977, o programa de Educação Bilíngue-bicultural, não ficou resumido a “educação bilíngue” muito menos ao simples “Português”, mas sim um programa educacional voltado a duas línguas: A língua Materna (LM) que é a língua indígena e a língua portuguesa (LP); e que também envolvia o ensino de duas culturas: a indígena e a não indígena; e também que buscou expor e comparar as duas línguas, a fim de instruir e integrar o indígena no conhecimento mais amplo.

Havia treinamentos para monitores bilíngues e que eram nativos das aldeias para atuarem nesses programas. Depois de terem uma formação específica atuavam nas suas aldeias, levando a alfabetização e a educação nas escolas. Proporcionando ao indígena um melhor aprendizado da língua materna e da língua portuguesa.

Segundo relatório da SPI (1956-1977) também havia esquemas e toda a descrição de como o Instituto definia as metas de educação indígena, estabelecendo a alfabetização como valor comunitário, era organizado em etapas de um programa de educação indígena. De acordo com o relatório da FUNAI, elas se contextualizam da seguinte forma:

1. “Análise linguística e estudos socioculturais”, são feitas análises fonológicas, gramaticais e semânticas da língua indígena.

2. “Formulação e verificação de uma ortografia”, ortografia na qual é formulada para cada língua, a partir dos estudos linguísticos e socioculturais é que prosseguir a elaboração da ortográfica.

3. “Elaboração de materiais didáticos provisórios” são cartilhas de alfabetização que preparam o aluno para leitura e escrita, inclui a transcrição de lendas e histórias do povo indígena.

4. “Programa piloto de alfabetização” tem dois objetivos específicos o primeiro é alfabetizar um número pequeno de pessoas, e o segundo torná-las aptas a ler e escrever. O segundo é as decisões finais que ficam sob responsabilidade da comunidade.

5. “Treinamento de alfabetizadores” das pessoas escolhidas pela comunidade e alfabetizadas pelo programa piloto, algumas se mostram aptas para dividir seus conhecimentos com outros indígenas. É forma, que a educação se torna mais indígena e os alfabetizadores se organizam para modificar ou até mesmo refazer os materiais provisórios.

6. “Treinamento de escritores indígenas” as pessoas que gosta de escrever e contar histórias são treinados na aldeia através de seminários para escritores indígenas, essa ação faz com que o indígena esteja habilitado para a produção de literatura.

7. “Produção de literatura indígena”, treinados os escritores a produção de materiais se inicia com a produção de narrativas ou breves histórias e ficando assim como material didático.

8. “Elaboração de material didático indígena”, os treinamentos de autores escolhidos pela comunidade dão mais características indígenas na produção das matérias.

9. “Programa de alfabetização na língua indígena”, esse programa é voltado para a alfabetização em língua materna para adultos e crianças da aldeia, podem se incluir outras disciplinas ou conhecimentos que a comunidade tenha interesse.

10. “Treinamento de monitores bilíngues-bicultural”, nesses treinamentos jovens e adultos são habilitados na língua portuguesa e cultura nacional. As ações desses treinamentos tornam os indígenas mais aptos para viverem em duas culturas e bilíngues.

11. “Elaboração de material de transição à língua e cultura nacionais”, o monitor desenvolve o conteúdo exclusivo para a comunidade indígena. Os materiais utilizados incluem: Curso verbal de Português; textos especiais de leitura em português e outras matérias ministradas nas duas línguas.

12. “Programa de educação bilíngue-bicultural”, o programa deve atender as necessidades da aldeia visando aspectos linguísticos, social e econômico. “A comunidade e líderes devem estar pronto para cooperarem com órgãos não indígenas, no intuito de decidirem a respeito do programa de educação, formular um quadro docente e calendário letivo e principalmente construir uma escola”.

A prática de negação da cultura indígena se perpetuou ao longo de cinco séculos no Brasil, mesmo com as ações do SUMMER houve muitas percas em relação às culturas e as línguas indígenas, somente após uma grande mobilização dos indígenas é que foram garantidos os direitos indígenas, e que só veio se formular definitivamente na Constituição de 1988, sobretudo no que se diz respeito a sua educação bilíngue e diferenciada, e que consta especificamente: No título VIII, Capítulo III – que trata **da educação, da cultura e do desporto, Seção I – “Da educação”**, que afirma:

Artigo 210- Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

O texto Constitucional reconhece os direitos dos índios permanecerem índios, assegurando suas línguas (como processos próprios de aprendizagem), protegendo as suas manifestações culturais, resguardando e fazendo respeitar todas as suas propriedades. De fato, é a partir da constituinte que inicia a formulação de leis voltadas para a educação bilíngue, intercultural, específica e diferenciada. Sendo assim, valorizada suas línguas e culturas, e conseqüentemente assegurando direitos que não haviam até então.

Logo após a Constituição de 1988, veio a Lei N 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de Dezembro de 1996, que regulamentou a educação nacional desde a infância até a educação superior, quando a mesma menciona a educação indígena, busca dar aberturas a comunidade indígena de responder por sua educação bilíngue e diferenciada, a respeito disso, podemos constatar no título V- Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, Seção III, Artigo 32 que afirma: (...) “§ 3º – O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígena a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.” Outros pontos que devemos destacar é no título VIII- Das Disposições Gerais, Artigo 78, I e II que afirma: “(...) I- proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; (...)”, esse último artigo oferece as escolas indígenas liberdade para que a escola e comunidade definam como querem o seu projeto pedagógico.

Também devemos destacar outro Artigo que é o de 79 que fala sobre a obrigação da União e regulamenta programas de planejamento, dando o direito a comunidades indígenas de participarem ativamente no processo de construção do projeto político pedagógico. De acordo com ele:

“_ A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado” (LDB, 1996).

Pudemos constatar que a LDB determinar um dialogo entre o sistema de ensino e a participação da comunidade indígena, no intuito de promover: um currículo educacional que atenda a realidade da comunidade, currículos específicos, formação de professores, para que esse último, possam estar trabalhando na construção de uma educação bilíngue e diferenciada, e principalmente na elaboração e publicação de materiais didáticos bilíngues e interculturais.

CAPÍTULO II

2. Propostas Pedagógicas Indígenas do Estado do Tocantins

É necessário destacar que somente em 1988 a educação indígena foi retirada da responsabilidade da FUNAI, passando assim para o Ministério da Educação-MEC. A partir da promulgação da constituição federal de 1988, o índio começou a ser reconhecido como um cidadão de direito, começou a valorizar-se a sua identidade cultural e dando a eles uma liberdade nas políticas educacionais da escola. Sendo assim, mais valorizado o instrumento das suas línguas, saberes culturais e tradições indígenas.

Ainda em 1988, com a aprovação do projeto de divisão do Estado Goiás, iniciou-se um processo de formulação de Políticas Públicas voltadas para a educação indígena. Somente com a criação do Estado do Tocantins em 1º de Janeiro de 1989, foi realizado um estudo sociolinguístico de diferentes povos do recém-criado Estado. Segundo Albuquerque (2007) o estudo sociolinguístico foi realizado com apoio dos Membros da Secretaria de Assuntos Indígenas, do Setor Etnolinguística do Museu Antropológica, duas educadoras e uma antropóloga da FUNAI local, o objetivo era averiguar o estado linguístico das comunidades na época, para que assim pudesse usar os dados obtidos em projetos de educação escolar indígena, sendo mencionado no presente estudo os povos: Krahô, Apinayé, Karajá, Xerente, Avá-Canoeiro.

De acordo com Braggio (1997), após o diagnóstico em 1991, foi criado um convênio com a Universidade Federal do Goiás, Secretaria de Educação do Estado do Tocantins e Fundação Nacional do Índio, com o intuito de criação do Projeto de Educação Escolar Indígena para o Estado do Tocantins. Em agosto do mesmo ano, foi criado o primeiro curso de capacitação de professores das escolas indígenas, sendo capacitados ao todo 104 (cento e quatro) professores entre os anos de 1991 a 1997, o intuito desta capacitação era formular e ensinar práticas pedagógicas mais

concisas que atendesse a realidade das escolas indígenas e se conhecesse mais sobre as novas políticas educacionais indígenas.

Ainda segundo os autores citados, o convênio entre Universidade, Secretaria e FUNAI foi encerrado em 1997. Sendo 1998, realizado pela SEDUC/TO o Projeto de Capacitação de Professores Indígenas do Estado do Tocantins. O projeto queria dá visibilidade e conhecimento a proposta de ensino bilíngue, intercultural, específica e intercultural. Com essas ações, o estado tomou mais medidas legais proclamando uma Lei Estadual nº 1.038 de 22 de dezembro de 1998, que dispõe do sistema de estadual de educação para o Estado do Tocantins, e é especificamente na Seção VII que trata da educação indígena, sendo prescrita a “educação bilíngue e intercultural que atenta às necessidades das comunidades e povos indígenas do estado do Tocantins”.

É partir de 1998 com as propostas de formação de profissionais indígenas no estado do Tocantins e as ações do governo federal com publicação de documentos como: “Referenciais para formação de Professores” (MEC, 1998) e ao “Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas” (MEC, 1998), que foi dando ainda mais visibilidade e referências a educação indígena, abrindo uma discussão no processo de construção do currículo escolar.

Em 2008, o governo do estado do Tocantins propôs o curso de “Formação Continuada para Profissionais das Escolas Indígenas do Estado do Tocantins”, primeiramente ela aborda em sua cartilha destaca quantitativos de números dos povos indígenas de todo o Brasil, especificando cada estado (que há povos), nomes e família/língua, posteriormente apresenta a Parte I do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas-RCNEI e discutindo sobre a educação bilíngue e intercultural.

Com base nesses pressupostos (educação bilíngue e intercultural) é que surgiu o Projeto de Apoio Pedagógico à Educação Indígena Apinayé e Krahô na Perspectiva Bilíngue e Intercultural, através do Programa do Observatório da Educação Escolar Indígena UFT/CAPE/ Edital 001/ 2009- Projeto 014. É um projeto que tem a parceria com UFT/ Araguaína, através do Laboratório de Línguas Indígenas, pela coordenação de Educação da secretaria de Educação do Estado do

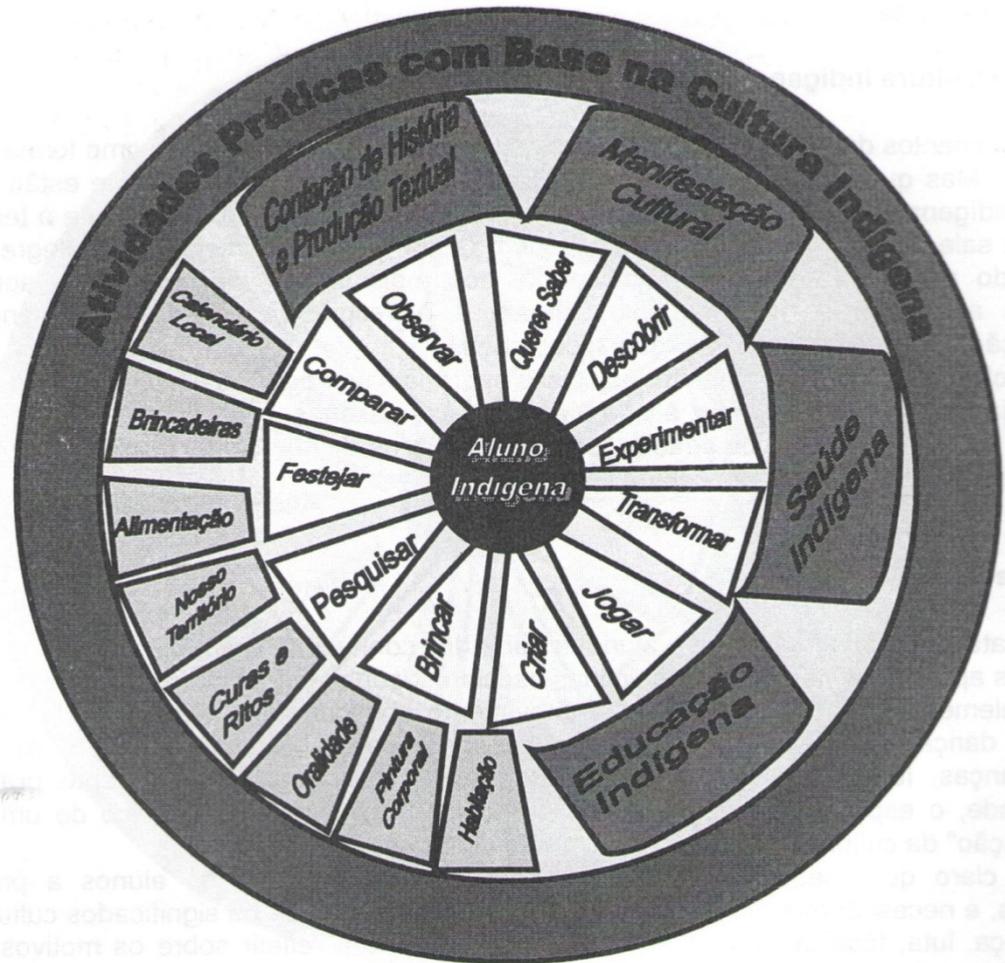
Tocantins, FUNAI de Araguaína e pela coordenação geral de educação indígena da FUNAI/Brasília. E tinham o objetivo atender as aldeias Apinayé de Mariazinha e São José, esse projeto surgiu baseado em uma proposta conjunta com o professor coordenador e membros da comunidade Apinayé, que teve a finalidade de elaborar materiais didáticos que dão apoio à educação indígena e dar cursos de “formação” aos professores indígenas dando-os uma contribuição de aperfeiçoamento.

A proposta deste projeto surgiu dos próprios Professores Apinayé, que preocupados com as dificuldades que os alunos e os próprios professores vêm enfrentando com a escrita ortográfica, assim como a elaboração do material didático que conta com a colaboração dos professores e alunos, tendo como principais objetivos: a revitalização e manutenção da língua Apinayé, na educação bilíngue e intercultural, sendo sempre levando em consideração as questões sociolinguísticas, históricas e antropológicas de cada aldeia. O trabalho que foi efetivado durante 03 (três) anos nas escolas Apinayé, resultou em diversas publicações de livros: Alfabetização Apinayé; Gramática Pedagógica Apinayé; Livro didático de alfabetização Apinayé, História e Geografia Apinayé, Matemática e Ciências Apinayé, Narrativas e Cantigas Apinayé, Receitas da Medicina Tradicional Apinayé, Inicia em Jaó e Finaliza em Raposa (de A a X) e Português Intercultural.

Em 2012 surgiu a Proposta da Educação Escolar Indígena, uma proposta feita pelo Estado do Tocantins em parceria com a Secretaria Estadual da Educação, com a colaboração do Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque. O objetivo desta proposta é destacar “uma educação que irá valorizar os saberes da cultura indígena aproximando os alunos da sua própria realidade, sem perder de vista a realidade do seu entorno, da sociedade envolvente o que proporcionará mais qualidade de vida e um melhor aproveitamento da carga horária diária dentro da unidade escolar” (2012, p.7).

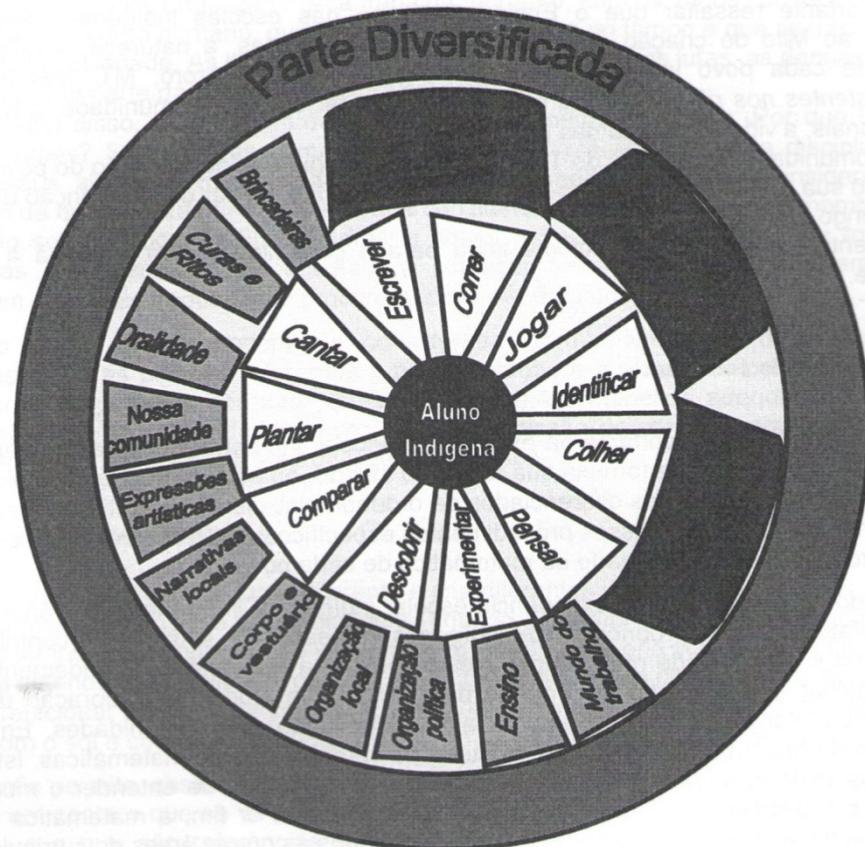
A proposta destaca e identifica os “Saberes Próprios Indígenas” que está dividido em: Manifestações Culturais; Contação de Histórias e Produção Textual; Saúde Indígena; Educação Indígena. Os saberes próprios indígenas estão representados em uma mandala, que é o seguinte:

Saberes Próprios Indígenas



Também há a apresentação de uma parte diversificada que foca nas disciplinas: História e Cultura Indígena, Esporte e Lazer ou Inglês. Essa parte diversificada está representada por uma mandala:

Parte Diversificada



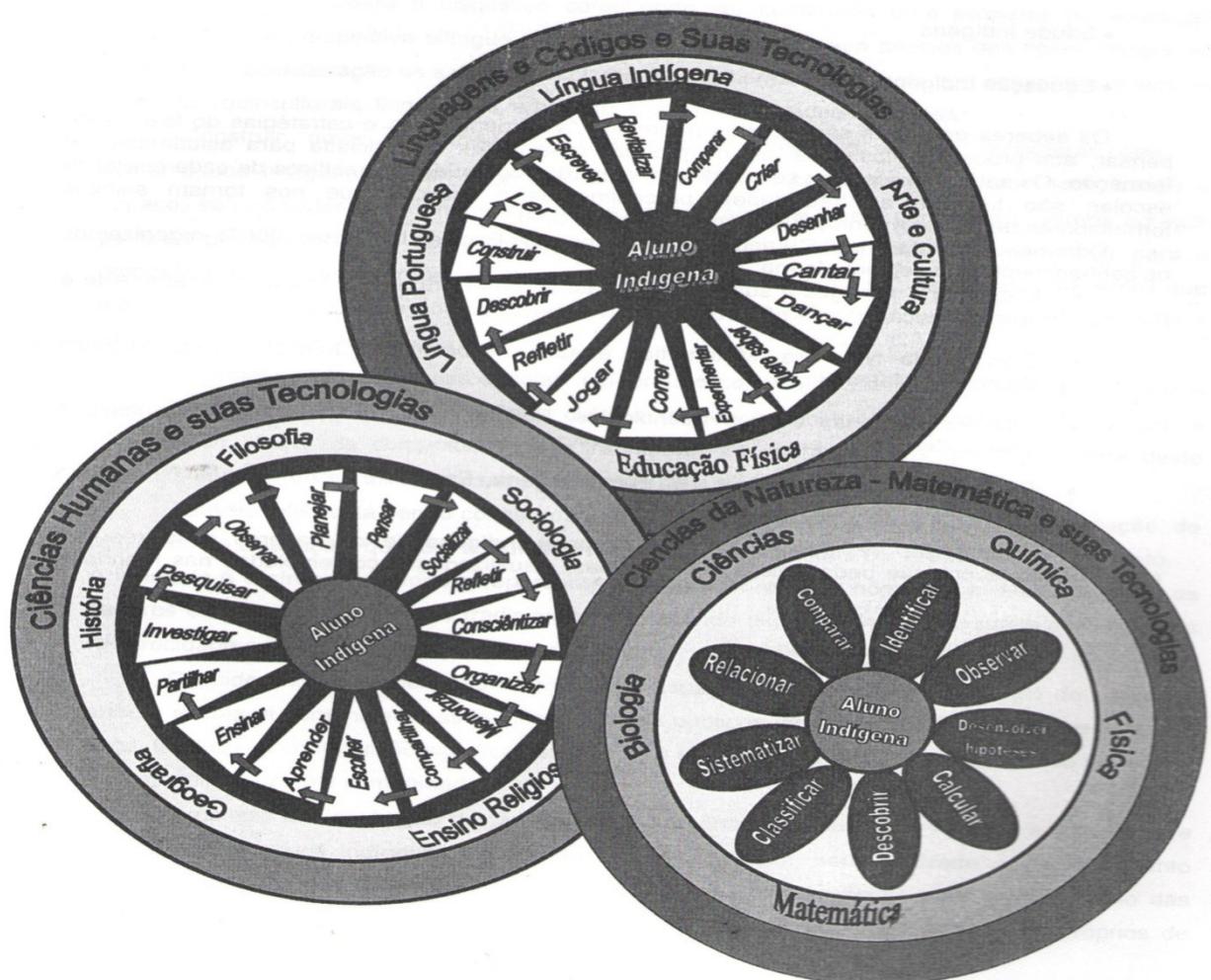
Os “Saberes Escolas” são destaque na proposta, tendo como base principal o RCNEI (2002), organizados da seguinte forma:

- ✓ Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Língua Portuguesa, Língua Indígena, Artes e Cultura, Educação Física.
- ✓ Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias: Química, Física, Biologia Ciências e Matemática.
- ✓ Ciências Humanas e suas Tecnologias: História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso.
- ✓ Parte Diversificada: História e Cultura Indígena, Esporte e Lazer, Língua Estrangeira Moderna – INGLÊS.

Esses saberes próprios indígenas e os saberes escolares têm práticas diferenciadas, mas estão representados de forma integradas, para entendermos essa integração vejamos as mandalas da proposta:

Áreas de Conhecimentos

Saberes Escolares



Em 2012, o projeto de Apoio Pedagógico à Educação Indígena Apinayé e Krahô, se alia ao Programa do Observatório da Educação CAPES/ INEP EDITAL

049/2012/OBEDUC PROJETO 11395, que ao longo das suas execuções visou e ainda visa contribuir com as práticas pedagógicas que atendam aos anseios dos povos indígenas. É preciso destacar, que as ações dos dois projetos têm como resultados as elaborações de livros, artigos, dissertações e teses que falam da educação escolar Indígena Krahô, e que depois essa mesma produção fará parte dos conteúdos das aulas que são ministradas na escola, nas séries do ensino fundamental e ensino Médio.

A organização desses materiais conta com a participação efetiva dos professores indígenas e não indígenas, e principalmente da comunidade em geral, conta também com o apoio dos bolsistas de graduação (UFT), de mestrado e doutorado da Universidade Federal do Tocantins, além dos bolsistas da Educação Básica os dois projetos sob coordenação que esteve e está sob coordenação do Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque. Os projetos já resultaram em diversas publicações dos livros: Krahô Jô IkhàhhôcXakat na Carô (2013); Krahô Jujarênxàkwỳ (2013) Krahô Jô IkhàhhôcKryjremê Cati (2013), Arte e Cultura do Povo krahô (2012), Texto e Leitura: Uma prática pedagógica Apinayé e Krahô (2012), Do Texto ao Texto: leitura e redação (2012), Dicionário Escolar Apinayé (2012), A educação Escolar Apinayé na perspectiva Bilíngue e Intercultural (2011), Gramática Pedagógica Apinayé (2011), Livro de Alfabetização Apinayé (2011), História Krahô (2014), Geografia Krahô (2014), Português Krahô (2014), Matemática Krahô (2016), Ciência (2016), Gramática do Português krahô (2016).

De fato só foi a partir do levantamento Sociolinguístico que foi possível contribuição para a implementação do Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins, que foi pioneiro nas conceituações e informações a respeito das políticas educacionais indígenas. A partir da criação do estado do Tocantins é que foi desenvolvida uma prática pedagógica mais concisa nas escolas indígenas e as políticas educacionais do estado foram definidas com mais precisão aos povos indígenas, sendo trabalhado uma proposta educação que atendesse aos desejos e anseios dos povos indígenas, surgindo assim, uma educação que valorize a língua e a cultura de cada povo indígena do estado do Tocantins.

2.1 POVOS INDÍGENAS KRAHÔ

Os povos Krahô habitam a reserva Kraholândia, que fica nas proximidades dos municípios de Itacajá e Goiatins, seu território é de aproximada 320 mil hectares. Segundo os dados do DSEI² o território é composto por 29 aldeias, e a reserva tem dois rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno.

O estudo focou apenas nas ações de organizações e publicações do Projeto de Apoio Pedagógico à Educação Indígena Apinayé e Krahô e o Programa do Observatório da Educação Escolar Indígena-OBEDUC/UFT/CAPES, tanto o projeto quanto o programa têm trabalhado com a Aldeia Manoel Alves Pequeno, na Escola Estadual 19 de Abril.

O objetivo do projeto e do Programa foi desenvolver uma escrita conjunta, entre Professor Indígena, o Coordenador (do Projeto e do Programa), membros da comunidade e lideranças Krahô. O projeto surgiu a partir de uma proposta dos próprios professores Krahô, que atuam na escola dessa comunidade, no sentido de contribuir para minimizar as dificuldades que os professores e alunos indígenas vinham enfrentando em relação à escrita ortográfica Krahô, bem como a organização e elaboração de materiais didáticos desenvolvido pelos próprios indígenas. O intuito dessas publicações de livros é que possa haver a manutenção da língua e da cultura do povo krahô, numa perspectiva de educação bilíngue, intercultural³ e de base diferenciada, levando em consideração os aspectos socioculturais, históricos e linguísticos desse povo. A respeito da educação a Professora Creuza Prymkwy afirma que:

“A escola que a gente quer é a escola do prazer, aquela que a gente pode vir todos os dias. E nunca sinta vontade de ir embora. Não queremos uma escola que só tenha mais cadeiras, quadro-negro e giz, mas sim uma escola da experiência,

²DSEI- Distritos Sanitários Especiais Indígenas: é um órgão público federal que está atrelado a rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Distrito_sanitário_especial_indígena. Acessado em: 16/10/16.

³“A **interculturalidade** tem lugar quando duas ou mais culturas entram em interação de uma forma horizontal e sinérgica, Para tal, nenhum dos grupos devem se encontrar acima de qualquer outro que seja, favorecendo assim a integração e a convivência das pessoas”.

Disponível em: <http://conceito.de/interculturalidade#ixzz4Nlagn7Dl> . Acessado em: 16/10/16

da convivência e da clareza. Se um dia alguém trazer um peixe que foi pescado no riacho perto da nossa casa, ele seria nosso objeto de estudo.” (Referencial Curricular Nacional- Creuza Prumkwy, professora Krahô).

Com isso, a implantação do projeto visa tanto respeitar a cultura e a língua do povo (e a educação diferenciada), quanto buscar manter e revitalizar a língua e a cultura. Sendo efetivado a organização de material didático-pedagógico, elaborado pelos professores indígenas, levando em consideração a sistematização dos aspectos lingüísticos, históricos e culturais, bem como o uso da língua materna escrita nesses materiais como subsídio para as práticas pedagógicas dos professores indígenas e não indígenas que atuam nas as escolas Krahô; Fazer um levantamento dos materiais didáticos usados nas escolas Krahô, tais livros, desenhos, gravuras, grafismos, pinturas corporais, para, posteriormente, serem aplicadas como conteúdos programáticos usados nas disciplinas de língua materna, português e cultura indígena nas escolas desse povo; Auxiliar o professor pesquisador, na organização e elaboração do material didático a ser confeccionado pela equipe do Programa do Observatório da Educação/CAPES/INEP/UFT e pelos professores e alunos Krahô, numa perspectiva bilíngüe e intercultural, levantando em consideração as características sociolinguísticas desse povo, bem como contribuir com os usos e funções da escrita da língua indígena e em português, pelas crianças indígenas nas escolas de suas comunidades.

CAPÍTULO III

3.MATERIAIS PEDAGÓGICOS BILÍNGUES KRAHÔ

O livro **PORTUGUÊS INTERCULTURAL** - esse material foi publicado em 2008, pela editora Printcolor: Gráfica e Editora Ltda/Fortaleza-Ceará. O livro tem como objetivo contribuir para a edificação de uma educação diferenciada e intercultural, uma vez que foi produzido pelos professores dos seguintes povos: Apinayé, Krahô, Karajá, Karajá-Xambioá, Javaé e Xerente.

O livro está organizado em três partes: A primeira parte trata dos Aspectos Fonológicos e Ortográficos da Língua Portuguesa, trazendo assim os sons, descrita de algumas palavras e sua transcrição fonética. A segunda parte trata dos Aspectos Morfossintáticos da Língua portuguesa. A terceira parte foi intitulada para Leitura e Compreensão, sendo apresentadas redações sob a óptica da língua portuguesa falada pelos indígenas. Logo na introdução o organizador Francisco Edviges destaca que este material tem características estruturais das línguas e da sociedade indígena, sendo levadas em consideração as relações culturais entre os vários povos indígenas do Estado do Tocantins, o que os possibilitará entender a interculturalidade. Neste material é destacado aspectos da língua indígena krahô e a respeito disso o RCNEI afirma que:

“(...) Toda língua é complexa: toda língua tem um sistema que organiza os sons, tem um sistema que permite a construção de palavras, tem regras e princípios que permitem construir frases e discursos. (...) Não existem, portanto, línguas mais pobres e línguas mais ricas, ou línguas com poucas palavras e línguas com vocabulário extenso. (...) A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o status de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira.” (RCNEI, p. 118, 1998).

De fato este material contribui com as práticas pedagógicas que se expandi para fora da sala de aula. Assim, esse material foi apenas o início de construções das práticas sociais dos professores indígenas que estão sempre engajados na educação escolar indígena do estado do Tocantins.

O **LIVRO DE ALFABETIZAÇÃO KRAHÔ** foi publicado em 2009 pela editora Printcolor: Gráfica e Editora Ltda-Fortaleza/Ceará. Organizada por Francisco Edvigés Albuquerque e pelo diretor da escola indígena 19 de abril, Renato Yahé Krahô, que atualmente aluno de mestrado do PPGL da UFT, Campus de Araguaína. Essa escola fica na aldeia Krahô de Manoel Alves Pequeno, da reserva indígena do município de Goiatins-To. A produção deste material surgiu das reivindicações dos professores Krahô com forma de favorecer as práticas pedagógicas dos professores indígenas que atuam nas escolas de suas aldeias e estão voltadas para as práticas de aquisição da escrita pelas crianças Krahô, incentivando assim a valorização e manutenção da língua materna oral e escrita.

Dividido em duas partes, os autores apresentam no primeiro momento o alfabeto Krahô e os grafemas H, P, J, C, T, R, X, M, N, K, G. Na segunda parte do livro é apresentada formação das palavras, sendo a segunda parte que como fora exposto pelos próprios autores na sua introdução expõe que “está ainda é a melhor forma de alfabetizar as crianças indígenas”.

Este material vem contribuir com as práticas pedagógicas dos professores indígenas Krahô, que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Nesse caso, os alunos indígenas têm a língua materna como primeira língua a ser adquirida na modalidade escrita na sala de aulas de suas escolas, estes materiais vem ampliar o saber tradicional indígena, mais principalmente a política de ensino e aprendizagem de língua materna, formando também assim construções sociais das práticas pedagógicas dos professores indígenas do estado do Tocantins. . A respeito da língua materna como primeira língua o RCNEI (1998) destaca que “(...) a língua indígena deve também entrar no currículo, no caso de comunidades bilíngues, como uma de suas disciplinas: língua indígena como primeira língua”.

O RCNEI também afirma que a língua portuguesa na escola o aluno indígena deve:

“Aprender e saber usar a língua portuguesa na escola é um dos meios de que as sociedades indígenas dispõem para interpretar e compreender as bases legais que orientam a vida no país, sobre tudo aquelas que dizem respeito aos direitos os povos indígenas. Todos os documentos que regulam a vida da sociedade brasileira são escritos em português: as leis, principalmente a Constituição, os regulamentos, os documentos pessoais, os contratos, os títulos, os registros e os estatutos” (RCNEI, p.121, 1998).

O livro **ME IPÊ KRAHÔ CATÊJÊ TE AMJ TON XÀ** ou Arte e Cultura do povo Krahô foi publicado em 2012 pela editora FALE-Faculdade de Letras/UFMG, Literaterras, através de Edital do MEC. Foi organizado pelo Coordenador do projeto do Observatório Professor Dr. Francisco Edviges Albuquerque. Esse material é bilíngue (escrito em Língua Materna Krahô e em Língua Portuguesa), constituído de textos bilíngues escritos pelos próprios professores indígenas, além dos desenhos ilustrativos. Este livro está dividido em quatro partes:

1º A primeira parte aborda as Festas Krahô, que são realizados na aldeia, levando em consideração os aspectos socioculturais e históricos desse povo.

2º A segunda parte consiste em Mitos e Narrativas do povo Krahô, apresenta várias narrativas e mitos que fazem parte da cultura dos Krahô.

3º A terceira parte intitulada Artesanatos Krahô apresenta os diversos artesanatos existentes na cultura desse povo.

4º A quarta e última parte intitulada Pintura Krahô, faz uma breve apresentação de algumas pinturas corporais existentes na cultura Krahô.

Segundo o organizador, Francisco Edviges Albuquerque, a produção deste material “é fruto de uma experiência de mais de 15 (quinze) anos de convivência e pesquisa entre os povos Krahô, bem como através da implantação e extensão do Projeto de Apoio Pedagógico à Educação Escolar Krahô” (p. 2), que vêm contribuir com educação indígena escolar bilíngue e intercultural. Sendo assim, valorizado e reconhecidos todos os saberes, culturas e língua do povo Krahô. A respeito disso, o RCNEI destaca que:

“(…) as produções artísticas dos povos indígenas são um meio de comunicação de aspectos da cultura, da vida social e da visão do mundo. Por intermédio dos objetos, das danças, da pintura corporal e dos cantos, são transmitidas e/ou registradas as lembranças, os acontecimentos dos mitos, as referências de parentesco, a existência e o aspecto dos seres sobrenaturais” (RCNEI, p. 288, 1998).

O livro **DO TEXTO AO TEXTO: LEITURA E REDAÇÃO** esse material foi publicado em 2012, pela editora FALE- Faculdade de Letras/ UFMG, Literaterras, através do Edital do MEC. Foi organizado a partir de coletânea de textos produzidos

pelos professores indígenas de todos os povos do Estado do Tocantins, cuja finalidade é contribuir com as competências de produção, leitura e interpretação de textos em língua portuguesa para os alunos indígenas diferentes povos indígenas do estado do Tocantins.

O livro está dividido em seis partes. A primeira parte é apresentada aspectos a respeito da comunicação e redação, sendo destacados os elementos referentes a técnicas de escrita e elementos textuais. Na segunda parte são apresentados textos referentes à cultura do povo Apinayé, tendo como tema dessas redações as suas cantigas, Mitos e costumes. A terceira parte refere-se ao povo Javaé, tendo também como temas nos seus textos elementos referência à sua cultura. A quarta parte traz textos da cultura dos Karajá. Na quinta parte temos textos referentes à história, costumes, mitos de outros dos povos Krahô. A sexta e última parte, apresenta textos sobre a cultura do povo Xerente sendo destacada a corrida da tora e sua forma de apreender o mundo cosmológico.

O organizador deste material é o professor Francisco Edviges Albuquerque, que ressalta que neste livro foi levado em consideração os aspectos socioculturais, linguísticos e históricos dos povos indígenas do estado do Tocantins, sendo produzido por sucessão de narrativas que vão das mais simples e abstratos às mais complexas. Este livro objetiva a formação de leitores indígenas e escritores, bem como sua inserção no magistério indígena, bem como nas escolas indígenas do Tocantins, visto que este livro busca também ser usado como ferramenta para combater o estigma que há na sociedade majoritária em relação às práticas textuais das escolas indígenas. Para o RCNEI

“A realidade sociolinguística vivida pelos povos indígenas no Brasil com relação à língua portuguesa difere muito de aldeia a aldeia, devido à localização e à história de cada uma. A situação predominante é aquela em que o aluno chega à escola sabendo falar apenas a língua indígena. (...) Os povos indígenas têm, cada um deles, o seu modo próprio de falar a língua portuguesa. Esses modos de falar o português têm, quase sempre, marcas muito específicas da língua de origem do povo em questão: no vocabulário, na gramática, na pronúncia. Esses modos de expressão devem ser respeitados na escola e fora dela, já que também são atestados de identidade indígenas” (RCNEI, p. 123, 1998)

O livro **KRAHÔ JÕ IHKÀHHÔC XAKATNÃ CARÕ** ou alfabeto ilustrado Krahô, foi publicado em 2013 pela Editora Pontes, surgiu da iniciativa dos alunos

indígenas da 3ª série do Ensino Médio, do ano de 2012, através do Programa do Observatório da CAPES. Foi organizado pelo coordenador do projeto do Observatório Professor Dr. Francisco Edviges Albuquerque. O livro é totalmente monolíngue em língua materna, não há tradução em língua portuguesa. Inicialmente é apresentado o alfabeto da língua Krahô, com suas 16 vogais e 13 consoantes em maiúscula e minúscula, compondo um total de 29 letras. A respeito da língua indígena o RCNEI destaca que:

“(...) a língua indígena deve também entrar no currículo, no caso de comunidades bilíngues, como uma de suas disciplinas: línguas indígenas como primeira língua. Nesses casos, ela será objeto de reflexão e de estudo, tanto no nível oral quanto o escrito, o que contribuirá para que os alunos conheçam com mais profundidade sua própria língua e ampliem sua competência no uso da mesma. Quando a língua indígena for escrita, ela aparecerá em cartilhas, gramáticas, dicionários, antologias de textos etc” (RCNEI, p.120, 1998).

Todo o livro compõe-se pela formação de palavras, sendo apresentada sua forma maiúscula e minúscula, logo abaixo temos a palavra correspondendo à letra acima escrita da página, e o restante da página é apresentado um desenho que corresponde à palavra.

Este livro é destinado à alfabetização dos alunos indígenas das séries iniciais do Ensino Fundamental, objetivando uma interação com o grafismo, desenhos e a língua materna. Assim os professores indígenas e não indígenas da escola 19 de Abril tem material específico disponível para trabalhar nessa escola, com suas crianças, jovens e adultos.

KRAHÔ JÕ IHKÀHHÔC KRYJRE Mẽ CATI esse material foi publicado em 2013, pela Editora Pontes, Campinas-SP, através do Programa do Observatório da CAPES. Foi organizado por Francisco Edviges Albuquerque e Renato Yahé Krahô. É um material de alfabetização Krahô, foi produzido em língua materna Krahô e tem como sentido contribuir com as ações pedagógicas, incentivando os alunos indígenas a valorizar e manter a língua materna nas escolas indígenas. A respeito da língua materna Krahô o RCNEI (1998) afirma que “além de ser uma língua de instrução, a língua indígena deve também entrar no currículo, no caso de comunidades bilíngues, como uma de suas disciplinas: língua indígena como primeira língua”.

Na sua Harênxàkat (apresentação), Renato Yahé Krahô apresenta que segundo os professores Krahô, este livro será muito importante para nossas escolas indígenas, pois constitui um rico material pedagógico, visto que foi elaborado pelos professores indígenas Krahô, com a participação dos professores Renato Yahé Krahô e do professor Francisco Edviges Albuquerque, coordenador do Programa Observatório da Educação/CAPES/UFT, com o objetivo de proporcionar aos alunos Krahô uma educação escolar diferenciada e de qualidade, pensada no fortalecimento da identidade de nosso povo, de nossa língua e nossa educação.

KRAHÔ JUJARËN XÀ KWÏ esse material foi publicado em 2013, pela Editora Pontes, Campinas-SP, através do Programa do Observatório da CAPES. Foi organizado pelo professor Francisco Edviges Albuquerque em ação conjunta com alunos e professores indígena e o projeto do observatório na escola indígena 19 de abril.

Esse Material se divide em duas partes: a primeira são narrativas orais Krahô parte que é descrito narrativas e ensinamentos dos mais velhos para os mais novos, fazendo assim um registro escrito do ensino oral. Segundo o RCNEI:

“A transmissão desses conhecimentos_ sejam técnicos, estéticos ou outros_ varia de uma cultura para outra podendo ser feita pelos pais, irmãos mais velhos, especialistas ou pessoas mais idosas. De modo geral, a idade da pessoa determina o início do aprendizado das diferentes expressões artísticas, sejam os cantos, as danças, os objetos ou outros. Esta aprendizagem também está relacionada ao sexo das pessoas, pois geralmente as mulheres se especializam em determinadas manifestações artísticas e os homens em outras (...). A arte, em todas as culturas está relacionada a alguma tipo de aprendizagem que envolve a explicação verbal, a observação, o ver fazer e a ação de fazer” (RCNEI, p. 290, 1998).

A segunda parte é o gênero poético, que apresenta sentimentos dos alunos indígenas Krahô.

PORTUGUÊS KRAHÔ esse material foi publicado em 2014, pela Editora Pontes, Campinas-SP, através do Programa do Observatório da CAPES. É a terceira obra da trilogia dos livros “Geografia Krahô” e “História Krahô”, que fora organizado pelo Professor Dr. Francisco Edviges Albuquerque e que contou com a colaboração dos professores indígenas e comunidade Krahô, da aldeia Manoel Alves Pequeno.

É um material intercultural e interdisciplinar. O material didático apresenta um breve artigo que discute a respeito da educação indígena, bilinguismo e o povo Krahô. É destacado pelo acadêmico de Letras Agnaldo Araújo de Sousa e Dr.º Francisco Edviges Albuquerque os objetivos da obra:

“tem o objetivo discutir o ensino de Português como segunda língua nas escolas Krahô, com base no princípio da interculturalidade. Apesar de abordamos aqui, um único povo, esperamos que o conteúdo trabalhado neste texto, também, possa se difundir, chegando até os demais povos indígenas brasileiros. (...) torna-se importante o ensino da própria língua indígena em suas escolas, e no ensino dessa língua não como segunda, mas como a primeira língua a ser adquirida, nos diversos domínios sociais, devido à necessidade que se tem atualmente da manutenção da língua e da cultura desses povos”. (SOUSA E ALBUQUERQUE; 2014 p. 13).

No conteúdo deste livro é apresentados fonemas e grafemas da Língua Portuguesa, posteriormente é apresentada textos produzidos pelos alunos indígenas que foram formulados em língua portuguesa. Todos os textos estão são representados por desenhos ilustrados e abaixo é exposta a redação. Em alguns textos deste material é sugerido mini atividades.

GEOGRAFIA KRAHÔ: PJÊ KÃM AMPO ITAJÊ NÃ CARÕ foi publicado em 2014, pela Editora Pontes, Campinas-SP, através do Programa do Observatório da CAPES. Esse material é um esforço conjunto interdisciplinar entre o organizador Francisco Edviges Albuquerque e indígenas Krahô. Os textos deste livro foram escritos por indígenas, e estão escritos tanto em língua materna como também em língua portuguesa. É necessário destacar que os textos, não muito diferente de outros materiais, estão todos ilustrados com desenhos também feitos pelos próprios indígenas. Logo de início desta obra é apresentado um artigo de autoria do acadêmico de geografia Alisson Almeida dos Santos e pelo professor Francisco Edviges Albuquerque, onde os mesmo discutem: a institucionalização da geografia, a geografia indígena, o ensino de geografia nas escolas do estado do Tocantins e principalmente a Geografia escolar Krahô, sendo assim levantado discussões, objetivos e valorização da língua, cultura e ensino indígena. Podemos observar isso no seguinte ponto:

“(...) A produção do livro de Geografia Krahô entra no contexto escolar é um marco importante para o ensino de geografia, para a preservação da cultura e dos modos de vida desse povo. É importante frisar que Geografia nas escolas Krahô seja ensinada, tendo como base pedagógica livros produzidos com a participação efetiva dos professores, alunos e comunidade indígena, visto que esse fator traz uma reflexão dos aspectos socioculturais, históricos, culturais e geográficos Krahô”. (SANTOS E ALBUQUERQUE; 2014 p.17).

A primeira parte do livro **MêhijõhPytwỳ** (calendário indígena) em português e Krahô, sendo apresentados aspectos relevantes da forma de vida na aldeia com escrita e ilustrações, esses aspectos se resumem em uma valorização cultural do povo Krahô.

HISTÓRIA KRAHÔ: MÊ PA INQUÊTJÊ KÔT HARÊN XÀ foi publicado em 2014, pela Editora Pontes, Campinas-SP, através do Programa do Observatório da CAPES. Esse material foi organizado por Francisco Edviges Albuquerque e que teve a colaboração dos indígenas Krahô na produção de textos e desenhos. Os textos foram escritos pelos indígenas tanto em língua materna quanto em língua portuguesa. Logo de início temos a proposta de um breve artigo, que foi escrito pelo acadêmico de História Danilo Soares de Souza e pelo professor Francisco Edviges Albuquerque com o objetivo de discutir o conceito de História que segundo eles é “A ideia de que a História é uma simples sucessão de fatos interligados por uma relação de causa e efeito foi superada. Como está em permanente construção, a História não admite definição única. Cada época, cada contexto, cada realidade social formula seu conceito de História”. (SOUZA E ALBUQUERQUE; 2014 p. 13).

Partindo desse pressuposto é que serão discutidas questões a respeito do: conceito de história, o que é história para os indígenas, educação indígena brasileira e no estado do Tocantins, também será destacado a importância dos materiais didáticos bilíngues e interculturais, e principalmente discutir o que é história no campo interdisciplinar, e o que é história para os povos indígenas.

Já o conteúdo da obra em si, é feito uma pequena bibliografia dos indígenas, sendo abordados fatos históricos da vida dos próprios indígenas destacando a vivência da educação indígena das crianças, adolescentes e dos jovens indígenas, sendo assim, registrado a visão dos indígenas nos aspectos históricos do seu povo.

A organização da obra se formula da mesma forma dos outros materiais, sendo apresentado um desenho em cada página e um texto escrito ou em língua materna ou em língua portuguesa.

GRAMÁTICA PEDAGÓGICA KRAHÔ foi publicado em 2016, pela Editora Pontes, Campinas-SP, através do Programa do Observatório da CAPES. Este material foi organizado por Francisco Edviges Albuquerque e Renato Yahé Krahô. Este livro apresenta Aspectos fonéticos e fonológicos da Língua Krahô, Morfossintaxe Krahô, Ordem de palavras em Krahô, Sistema Pronominal krahô e Particularidades da Língua krahô.

CIÊNCIAS KRAHÔ foi publicado em 2016, pela Editora Pontes, Campinas-SP, através do Programa do Observatório da CAPES, org. por Francisco Edviges Albuquerque. Este material apresenta aspectos do mundo krahô, relativos à natureza e ao homem, sendo direcionada exclusivamente a disciplina Ciências. De fato, esse material está em total acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998), que afirma que o ensino de ciências deve:

“(...) têm de compreender a lógica, os conceitos e os princípios da ciência ocidental, para poderem dialogar em melhores condições com a sociedade nacional e, ao mesmo tempo, apropriarem-se dos instrumentos e recursos tecnológicos ocidentais importantes para a garantia de sua sobrevivência física e cultural” (RCNEI, 1998, p.245).

MATEMÁTICA KRAHÔ foi publicado em 2016, pela Editora Pontes, Campinas-SP, através do Programa do Observatório da CAPES, org. por Francisco Edviges Albuquerque. Este material trabalha os números naturais krahô e apresenta como é trabalhado os numerais no dia-dia do povo. Segundo o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998), o estudo de matemática serve para compreender a vida dos não-índios, mas não só isso o saber matemática nas escolas indígenas é buscar desenvolver atividades administrativas no território, proteção ambiental, atenção à saúde e outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante essa pesquisa tivemos a sorte de ler, estudar e pesquisar todos os materiais didáticos publicados através do Programa do Observatório da Educação da CAPES/INEP, Edital 049/2012/OBEDUC, Projeto 11395, também podemos reconhecer que os indígenas têm uma educação indígena bilíngue, intercultural e diferenciada, sendo o processo de ensino diferente do contexto do não indígena.

Buscamos desenvolver uma discussão a respeito da escola indígena no período colonial, pesquisamos Leis que dessem o direito aos indígenas de planejar e participar da sua educação bilíngue, específica, diferenciada e intercultural, também buscou focar nas propostas educacionais para escolas indígenas do estado do Tocantins e por último a descrição e análise sob a perspectiva do RCNEI (1998).

A implementação e o desenvolvimento do projeto do observatório/OBEDUC/CAPES tem dado grandes contribuições para a educação indígena ao longo destes anos de ações, especificamente para os professores e alunos das comunidades indígenas, minimizando conseqüentemente as questões que estão relacionadas à escrita, e principalmente dando apoio à produção de materiais didáticos bilíngues e interculturais que dão suporte pedagógico aos indígenas Krahô na Escola 19 de Abril, da Aldeia Manoel Alves Pequeno. A realização deste projeto tem identificado diversas falhas na educação escolar indígena na escola 19 de abril, para corrigir essas lacunas o projeto realiza cursos de aprimoramento que capacite os professores indígenas Krahô a atuarem nas escolas dentro das propostas de educação indígena diferenciada, bilíngue, específica e intercultural, sobretudo que atenda os interesses do povo Krahô.

Os objetivos do Programa do observatório/OBEDUC/CAPES é busca documentar aspectos socioculturais e linguísticos dos Krahô; Produzir materiais didáticos tanto em língua materna como em língua portuguesa, materiais que tem um objetivo muito maior revitalizar e manter a língua e cultura do povo Krahô; Incentivar e apoiar projetos de pesquisas relacionados aos diferentes níveis de educação indígena. As ações do projeto vêm contribuindo de modo significativo com

a educação indígena no estado do Tocantins, sendo sempre particularizando as reivindicações, anseios e interesses dos indígenas e também cumprindo metas previstas no período de vigência do Programa do Observatório.

Nossa pesquisa tem como meta contribuir informando a todos os povos indígenas do nosso estado, a existência de materiais didáticos nas escolas indígenas do Tocantins, onde os mesmos são produzidos com a participação efetiva de todos os professores, alunos e comunidades indígenas envolvidos no projeto, bem como professores não indígenas, professores indígenas e pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins, através de Grupo e Núcleos de pesquisa, laboratórios de Línguas Indígenas que estão engajados em desenvolver trabalhos que valorizem uma “educação escolar indígena bilíngue e intercultural”, específica e diferenciada, nas “produções de materiais didáticos bilíngues”, para serem utilizados nas escolas indígenas do Tocantins. É necessário ressaltar que as produções de materiais didáticos bilíngues estarão sempre em constante construção, levando em consideração o conhecimento sócio histórico, antropológico, cultural e linguístico das comunidades indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **Contato dos índios Apinayé de Riachinho e bonito com o português: Aspectos da situação sociolinguística**. (Dissertação de Mestrado) Orientador: Silvia Lucia B. Braggio. Universidade Federal de Goiás, UFG, 1999.
- _____. **Contribuição da Fonologia ao Processo de Educação Indígena Apinayé. Tese de Doutorado**. UFF – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007.
- _____. (Org.). **Krahô Jô IkhàhhôcXakat na Carõ**. Campinas-SP: Pontes, 2013. 129p.
- _____. (Org). **Ciências Krahô**. Campinas-SP: Pontes, 2016.
- _____. (Org). **Matemática Krahô**. Campinas-SP: Pontes, 2016.
- _____. (Org). **Gramática Pedagógica Krahô**. Campinas-SP: Pontes, 2016.
- _____. (Org). **Geografia krahô**. Campinas-SP: Pontes, 2014.
- _____. (Org). **História Krahô**. Campinas-SP: Pontes, 2014.
- _____. (Org). **Português Krahô**. Campinas-SP: Pontes, 2014.
- _____. (Org). **KrahôJujarënxàkwỳ**. Campinas-SP: Pontes, 2013. 119p.
- _____. (Org). **Krahô Jô IkhàhhôcKryjremê Cati**. Campinas-SP: Pontes, 2013. 140p.
- _____. (Org). **Arte e Cultura do Povo Krahô**. Belo Horizonte: FALE/UFMG: Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa Literaterras. 2012. 247p.
- _____. (Org). **Texto e Leitura: Uma prática pedagógica Apinayé e Krahô**. Goiânia: Ed. da PUC de Goiás. 2012, 144p.
- _____. (Org). **Do Texto ao Texto: leitura e redação**. Belo Horizonte: FALE/UFMG: Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa Literaterras. 2012. 174p.
- _____. (Org.) **A aquisição da Escrita pelas Crianças Apinayé de São José**. In: *A educação Escolar indígena Apinayé na Perspectiva Bilingue e Intercultural*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

_____. (Org.); ALMEIDA, Severina Alves de (Org.). **Educação Escolar Indígena e Diversidade Cultural**. Goiânia: Ed. da PUC de Goiás. 2012, 369p.

AZEREDO, José Carlos *de*. **Fundamentos de Gramática do Português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BRAGGIO, S.L.B. **Proposta de Formação de Professores Indígenas do Estado do Tocantins**. Palmas: SEDUC/CEEI, 1997.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli (Orgs). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Edusp, 2001.

FREIRE, José R. Bessa. **Rio Babel: A história das Línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Altântico, 2004.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Dados Gerais sobre as missões do Summer Institute of Linguistics**. Brasília: Arquivo Histórico Clara Galvão/FUNAI. 1956-1977.

_____. Relatório: **Dados Gerais sobre o Summer Institute of Linguistics**, Brasília, 1956-1977.

_____. Relatório: **Educação Indígena**, Brasília, 1956,1977.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. *SEF. Brasília: MEC*, 2002.

_____. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC, 1998.

SILVA, Maria Goretti dos Santos. **Português como língua estrangeira: o fazer intercultural nas aulas de LE**. UESC-ILHÉUS, 2009.

Tocantins/Secretaria Estadual da Educação. **Proposta Pedagógica da Educação Escolar Indígena**. Janeiro de 2013.